REFORMA TRIBUTÁRIA

Impacto de até 20% no PIB

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad diz acreditar na aprovação da proposta no Congresso até outubro. Ele volta a defender o IVA

» MICHELLE PORTELA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o impacto da reforma tributária pode ser de até 20% do Produto Interno Bruto (PIB). Na avaliação dele, a proposta que está sendo formulada pelo governo reorganiza o sistema tributário e representa uma oportunidade histórica para corrigir distorções das cobranças entre os setores produtivos e os entes federados.

"Estamos diante de uma oportunidade histórica. Queremos uma reforma que nos dê horizonte de muitos anos à frente para que possamos trabalhar", afirmou o ministro, durante a 84ª Reunião Geral do Fórum Nacional de Prefeitos (FNP), que ocorre até hoje em Brasília.

Ele ressaltou que a reforma a ser proposta pelo governo garante uma fase de transição de até 40 anos. "Há 10 mandatos pela frente para fazer o ajuste fino, garantindo que o impacto sobre a eficiência na economia seja muito mais rápido do que o impacto redistributivo pelos entes federados", sustentou.

Haddad também voltou a defender a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que unifica tributos e elimina a cumulatividade de cobranças federais. "O IVA é um caminho natural do mundo desenvolvido. É (um tributo) transparente, justo, simples, e não vai diminuir em nada a arrecadação dos municípios", frisou.

O ministro também disse aos prefeitos que não está preocupado com o número de votos que o governo teria em caso de apreciação imediata da reforma tributária no Congresso Nacional, embora considere o cenário mais favorável à aprovação da medida, debatida principalmente por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46. "Não estamos contando votos para ver se passa. Não é isso que estamos fazendo. É o Brasil que vai ganhar", destacou. A declaração ocorreu em resposta a uma fala do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na semana passada, de que o governo ainda não tem base para aprovar matérias no Congresso.

De acordo com Haddad, a primeira etapa da reforma tributária é voltada à criação do IVA, cuja expectativa de aprovação é até outubro. A partir daí, o governo pretende seguir com as propostas para o imposto incidente sobre a renda e a desoneração da folha. "Queremos melhorar o ambiente de contratações, mas sem prejudicar o trabalhador", disse.

Diante da insegurança dos prefeitos de perdas por uma expectativa de aumento de carga tributária, Haddad reforçou que a equipe econômica está aberta ao diálogo. "A indústria hoje responde por 11% do PIB e 30% da arrecadação de impostos. O bom é que o setor de serviços responde por muito mais do PIB. Então, quando você acomoda as alíquotas, querendo favorecer a indústria, sobretudo a exportação de manufaturados, haverá uma diluição disso", ressaltou.

Lula Marques/ Agência Brasil



Fernando Haddad na reunião da FNP: "O IVA é um caminho natural do mundo desenvolvido"

> **Estamos diante de uma oportunidade histórica. Queremos uma reforma que nos dê horizonte de muitos anos à frente para que possamos trabalhar"**
>
> **Fernando Haddad,** ministro da Fazenda

Saiba mais

Carga tributária

Na reunião da Frente Nacional de Prefeitos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, relembrou que a carga tributária no Brasil correspondia a 16% do Produto Interno Bruto (PIB) antes do golpe militar de 1964 e, ao fim década, chegou a 26% da geração de riquezas no país. Por fim, com o Plano Real, a carga saltou para 32% do PIB. O ministro também disse que em 90% dos casos de tributação do ISS não haverá mudança já que há previsão de uma transição de 40 anos.

Lira quer votar no 1º semestre

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, ontem, que "é complicado" fixar prazos para a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária na Casa.

"Fixar prazo é complicado. Nós já demos um salto na condução do grupo de trabalho, que vai remar num só caminho. Esperamos que esse grupo produza textos, que revisite alguns setores importantes (...)", disse, depois de sair de um evento na sede da Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.

O deputado reafirmou, no entanto, a intenção de levar a matéria ao plenário ainda no primeiro semestre "para submeter ao Senado no segundo semestre".

Lira foi questionado especificamente sobre a sinalização de que a PEC poderia ser votada no plenário em maio. Perguntado se sua resposta significava que o prazo de maio se tornou improvável, respondeu que "não é isso". "A reforma tributária não é de governo, é do país", enfatizou.

Na última sexta-feira, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) disse que o grupo de trabalho da reforma tributária, do qual o parlamentar é o coordenador, trabalha para dirimir, nos próximos 30 dias, os pontos de dissenso em torno da proposta a ser colocada em votação.

